

Ontem, 06/06/2017, a Associação Médica Brasileira, representada pelo seu Diretor de Defesa Profissional, Dr. Emilio Zilli, esteve presente na Câmara dos Deputados na audiência pública da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao [Projeto de Lei nº 7419, de 2006](#), do Senado Federal, que “altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde”.

Dentre os pontos abordados pelo Dr. Zilli, está a dificuldade de se discutir preços de planos de saúde em razão das falhas na gestão das operadoras, que necessitam rever seus processos e controles, identificando o que se perde nesta administração e não simplesmente ter como regra o aumento do plano para o beneficiário e a diminuição dos percentuais de aumento aos médicos. Hoje, por exemplo, as operadoras não têm dados a respeito de fatores impactantes em seus custos, como a quantidade de tabagistas, hipertensos e diabéticos.

Em maio de 2017, Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) fixou em até 13,55% o índice de reajuste a ser aplicado aos planos de saúde médico-hospitalares individuais/familiares no período compreendido entre maio de 2017 e abril de 2018. Entretanto para os médicos o aumento está 4,5%, ainda em negociação.

Fica claro que tanto pacientes quanto médicos pagam a conta da má gestão e a AMB atuará firme, para a mudança destes paradigmas e para a melhor remuneração do médico, ficando claro que está à disposição para sentar à mesa e discutir modelos de remuneração, como já tem feito inclusive com ampla discussão entre a categoria, como recentemente o fez (31/5) quando realizou o Simpósio: “Novas Formas de Remuneração Causas e Consequências: Uma Avaliação Crítica”, com o CFM e ANS e maciça presença de representantes de nossas Federadas e Sociedades de Especialidade.

<http://bit.ly/2rLvNYS>

Assista o vídeo no portal da Câmara com a apresentação do Dr. Zilli <http://bit.ly/2sSMEIA>

Fonte: AMB, em 07.06.2017.